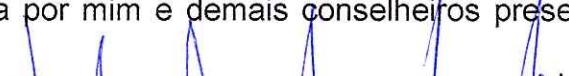
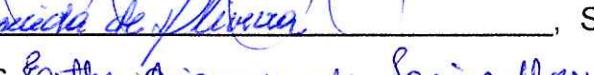




**ATA DA 18<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA (CMP) DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LAJEDO (IPSEL).** Realizada no décimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lajedo, situada a Rua 1º de Janeiro, nº 35, nesta cidade. Quando do início da reunião, as 09:30, estavam presentes os(as) conselheiros(as) titulares José Expedito Leal da Silva, Edilene Aparecida de Oliveira, Esther Arianny de Farias Alves e Virgínia Lauanny Cupertino Freitas. Ausente a conselheira Linete Nunes de Albuquerque. Presente também o diretor-presidente do IPSEL, Jeffersson Alexandre Lins e Silva Júnior. Iniciada a reunião, o presidente do CMP, conselheiro José Expedito Leal da Silva, aduziu que, tendo a ata da 17<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CMP tendo sido lida e assinada na mesma reunião, ficava dispensada a sua leitura. Na sequência, os conselheiros presentes passaram a analisar as informações apresentadas pelo Diretor-Presidente do IPSEL, quais sejam, balancetes de receita e despesa de julho, agosto e setembro de 2025 e relatório do resumo financeiro até o 3º trimestre de 2025. O presidente do CMP informou que obteve aprovação da prova de Certificação Profissional para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal no nível básico (CP RPPS CODEF I) do Instituto Totum, reiterando a necessidade dos demais conselheiros em realizarem a prova e obterem a certificação para fins de cumprimento das exigências legais e de fiscalização. Em seguida, o Diretor-Presidente do IPSEL informou sobre a aprovação e posterior sanção da Lei Complementar Municipal nº 71/2025, que introduziu na legislação previdenciária de Lajedo alíquota de contribuição suplementar para fins de equacionar o déficit financeiro e atuarial do instituto. Informou que a lei estabeleceu uma alíquota de 17% para o exercício de 2025, sendo que passará a ser de 35% no ano de 2026 até 2047, bem como que ter-se-á em 2027 também um aporte anual de R\$ 5.590.576,76, valor este que variará de acordo com o Anexo I da Lei Complementar nº 71/2025. Questionou a conselheira Edilene se não haveria outras formas de aumentar-se os recursos a serem capitalizados pelo IPSEL, no que o Diretor-Presidente informou que, dentre outras medidas, a realização da reforma da previdência local nos termos da Emenda Constitucional Nº 103/2019 bem como a realização de concurso público para o crescimento da massa de contribuintes. Entretanto, considera o diretor-presidente que a adoção de lei com alíquota suplementar para equacionamento do déficit financeiro e atuarial é a principal medida, posto que estabelece uma previsibilidade financeira para a possível capitalização do IPSEL, mas que deve ser sempre observado a cada ano, a



partir do Estudo Atuarial, se de fato ocorreu a diminuição do déficit, e no caso de recomendação do atuário, realizar o reenquadramento das alíquotas complementares quando se fizer necessário. Em seguida, a 18ª reunião ordinária do CMP passou a contar com a presença, de forma remota, do senhor Gil Pereira, representante da Lema Assessoria Financeira, para explanar aos conselheiros acerca da Política de Investimentos do IPSEL para o ano de 2026. Primeiramente, informou que tal documento tem natureza obrigatória, devendo ser apresentado ao órgão deliberativo do RPPS no ano anterior ao de sua aplicação para deliberação e aprovação, uma vez que contém os parâmetros a serem obedecidos pelo IPSEL na implementação dos valores que possua para serem investidos. Registrou a possibilidade de que tal documento, que é enviado a Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência através do DPIN pode ser alterado no ano de 2026, sempre ouvido e autorizado pelo CMP, fato este com alta possibilidade de ocorrência no próximo ano, ante previsão de revisão da Resolução Nº 4963/2021 do Conselho Monetário Nacional. Aduz que a Política de Investimentos constitui, além de instrumento vinculante, documento imprescindível para a transparência e regularidade dos investimentos do IPSEL. Quanto aos principais aspectos da Política de Investimentos de 2026, informou que foi determinada, através de informações colhidas junto ao atuário, que para o ano de 2026 a meta atuarial foi calculada utilizando-se como parâmetros os percentuais de 5,5%, referentes a Estrutura de Taxa de Juros Média – ETTJ, a somar-se a previsão para a taxa projetada de inflação no ano de 2026 (a partir de dados obtidos no Boletim Focus do Banco Central do Brasil) de 4,2%, o que resulta em uma meta atuarial de 9,93%. No que tange a estratégia a ser adotada para o alcance da meta apontada, ficaram estabelecidos que como instrumentos de investimento por parte do IPSEL os seguintes previstos na Resolução Nº 4963/2021: 1) art. 7º, I, "b" com limite inferior de 20%, superior de 100% e estratégia alvo de 80%; art. 7º, III, "a" com limite inferior de 0%, superior de 20% e estratégia alvo de 20%. Justifica-se estas escolhas porque considerando-se a situação de baixo índice de capitalização do IPSEL, deve o mesmo optar por investimentos que apresente baixo grau de risco de liquidez, de mercado de crédito, requisitos preenchidos pelos instrumentos escolhidos. Outrossim, considerando-se que no presente a taxa de juros básica da economia – TAXA SELIC – encontra-se em 15%, e com perspectiva, ainda de acordo com o Boletim Focus, de que no ano de 2026 vem a ser reduzida ao patamar de 12,5% a 12,25%, os investimentos vinculados aos títulos públicos permitirão ao IPSEL atingir a meta atuarial. Terminada a explanação sobre política de

investimentos para o ano de 2026, questionou o Presidente do CMP se os conselheiros presentes aprovavam a mesma. Os presentes, por unanimidade, aprovaram a Política de Investimentos proposta para o ano de 2026, determinando ao diretor-presidente do IPSEL que providencia-se o regular envio da mesma ao Ministério da Previdência Social. Por fim, o presidente do CMP informou que, na presente reunião concretizou-se a terceira falta consecutiva da Conselheira Titular Linete Nunes de Albuquerque, circunstância esta que implica em aplicação do disposto no art. 50, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 13/2018: *“perderá o mandato o conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, assumindo neste caso, o seu suplente, e sendo nomeado novo suplente para completar o mandado.”* Assim, o Presidente do CMP informou que enviará ofício para a conselheira suplente indicada na Portaria nº 959/2025, Waldeilda Cordeiro Pimentel, para que assuma as funções de Conselheira Titular, bem como que enviará ofício ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores para que indique o respectivo suplente da agora Conselheira Titular Waldeilda Cordeiro Pimentel. Não havendo mais questões a serem tratadas na presente reunião, questionou o presidente se os demais conselheiros desejavam tratar de mais alguma coisa, no que obteve resposta negativa. Eu, conselheira Edilene Aparecida de Oliveira, secretária do CMP, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e demais conselheiros presentes: José Expedito Leal da Silva , Presidente do CMP, Edilene Aparecida de Oliveira , Secretária do CMP, Esther Arianny de Farias Alves , conselheira titular do CMP e Virgínia Lauanny Cupertino Freitas , conselheira titular do do CMP.

Constituem anexos da presente ata: Política de Investimentos do IPSEL para o ano de 2026, apresentação ao Conselho de Municipal de Previdência – IPSEL; balancetes de receita orçamentária – demonstrativo e de despesa orçamentária – demonstrativo, dos meses de julho, agosto e setembro de



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Despesa Orçamentária - Demonstrativo**

SETEMBRO/2025

Especificação	Dotação Inicial	Cédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
22000 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	22.780.285,00	334.934,47	334.934,47	22.780.285,00	2.170,00	21.695.800,83	1.786.631,97	15.632.151,92	1.737.030,34	15.612.940,11	6.082.860,72	1.084.484,17
22001 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	22.780.285,00	334.934,47	334.934,47	22.780.285,00	2.170,00	21.695.800,83	1.786.631,97	15.632.151,92	1.737.030,34	15.612.940,11	6.082.860,72	1.084.484,17
0901- COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES (RPPS/IRGPS)	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0902- PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS RPPS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909100 18001111-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0903- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RPPS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
31909300 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909360 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1901- EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS - RPPS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
44905100 18020000-Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
2901- CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RPPS, INCLUSIVE CONSELHEIROS MUNICIPAIS	102.750,00	0,00	0,00	102.750,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	0,00	101.570,00
33901400 18020000-Diárias - Civil	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
33903000 18020000-Material de Consumo	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Locomocão	33903300 18020000-Passagens e Despesas Com Pessoa Física	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903600 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.750,00	0,00	0,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
33903900 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	0,00	53.820,00
2902- GESTÃO ADMINISTRATIVA DO RPPS	1.080.000,00	10.000,00	0,00	1.090.000,00	990,00	687.085,83	49.705,80	492.682,61	50.305,80	481.895,83	205.190,00	402.94,17
31900400 18020000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 18020000-Vencimentos e Vantagens Fixas	330.000,00	0,00	0,00	330.000,00	0,00	330.000,00	26.318,00	232.198,74	26.318,00	232.198,74	97.801,26	0,00
Pessoal Civil	31901300 18020000-Obrigações Patronais	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	85.000,00	5.526,78	48.761,72	5.526,78	43.234,94	41.765,06
31909100 18020000-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909300 18020000-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909400 18020000-Indenizações e Restituições Trabalhistas	40.000,00	10.000,00	0,00	50.000,00	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00	2.501,31
31911300 18020000-Configurações Patronais	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00
33900800 18020000-Outros Benefícios Assistenciais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 18020000-Diárias - Civil	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	990,00	1.914,00	990,00	1.914,00	990,00	1.914,00	18.086,00
33903000 18020000-Material de Consumo	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	4.316,41	0,00	4.316,41	0,00	4.316,41	0,00	55.663,59
33903300 18020000-Passagens e Despesas Com Locomoção	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903500 18020000-Serviços de Consultoria	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	148.470,93	11.744,85	109.051,53	11.744,85	103.791,53	44.679,40	21.529,07
Pessoas Jurídicas	33903600 18020000-Outros Serviços de Terceiros - e Comunicação - Pessoa Jurídica	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
33903900 18020000-Serviços de Tecnologia da Informação	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	69.829,64	5.126,17	48.885,36	5.726,17	48.885,36	20.044,28	80.170,36
Contributivas	33904000 18020000-Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Despesa Orçamentária - Demonstrativo**

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		SETEMBRO/2025		
		Adição	Anulação		No Mes	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível	
33909100 18020000-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
33909200 18020000-Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	56,16	0,00	56,16	0,00	56,16	0,00	9.943,84	
33909300 18020000-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
33919700 18020000-Aporte Para Cobertura do Déficit Atuarial do Rpps	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
<b>2003-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES APOSENTADORIAS E REFORMAS (DESPESAS PENSÕES) [FOLHA DE RESPONSABILIDADE DO RPPS]</b>													
31900100 1500000-Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	5.000.000,00	324.934,47	0,00	5.324.934,47	324.934,47	5.324.934,47	655.787,75	5.324.934,47	655.787,75	5.324.934,47	0,00	0,00	
31900100 18001111-Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	14.000.000,00	0,00	324.934,47	13.675.065,53	-324.934,47	13.675.065,53	916.683,00	8.417.348,94	921.676,57	8.408.923,91	5.266.141,62	0,00	
31900300 18001111-Pensões	2.007.535,00	0,00	0,00	2.007.535,00	0,00	2.007.535,00	163.275,42	1.396.005,90	165.080,22	1.396.005,90	611.529,10	0,00	
31909200 18001111-Despesas Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
<b>9996-RESERVA DO RPPS</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>	
<b>99999900 1500000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>	
<b>Total Geral:</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>334.934,47</b>	<b>334.934,47</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>2.170,00</b>	<b>21.695.800,83</b>	<b>1.786.631,97</b>	<b>15.632.151,92</b>	<b>1.797.030,34</b>	<b>15.612.940,11</b>	<b>6.082.860,72</b>	<b>1.084.484,17</b>	



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Receita Orçamentária - Demonstrativo**

SETEMBRO/2025

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
10000000000	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	3.892.000,00	3.892.000,00	444.555,06	4.082.174,62	190.174,62
12000000000	<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	402.177,88	3.645.340,19	195.340,19
12100000000	<b>CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	402.177,88	3.645.340,19	195.340,19
12150000000	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	402.177,88	3.645.340,19	195.340,19
121501000000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL</b>	3.114.000,00	3.114.000,00	388.172,47	3.539.820,52	425.820,52
121501100200	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	345.737,71	3.171.400,90	601.400,90
121501110300	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	345.737,71	3.171.400,90	601.400,90
121501110400	Contribuição do Servidor - Prefeitura Municipal	393.000,00	393.000,00	30.624,49	283.979,84	-109.020,16
121501110500	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Saúde	884.000,00	884.000,00	69.840,63	638.005,85	-245.994,15
121501110700	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pessoal Cedido	73.000,00	73.000,00	7.084,07	55.271,11	-17.728,89
121501200000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO</b>	30.000,00	30.000,00	2.219,76	19.883,44	-10.16,56
121501210000	Contribuição dos Inativos Civis para o RPPS	1.000.000,00	1.000.000,00	229.327,43	2.121.475,17	1.121.475,17
121501300000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS</b>	190.000,00	190.000,00	6.641,33	52.785,49	-137.214,51
121501310000	Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS	542.000,00	542.000,00	41.841,24	364.321,70	-177.678,30
121502000000	<b>CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL</b>	542.000,00	542.000,00	41.841,24	364.321,70	-177.678,30
121502100000	<b>CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO</b>	2.000,00	2.000,00	593,52	4.097,92	2.097,92
121502110000	Contribuição Patronal - Pessoal Cedido	336.000,00	336.000,00	336.000,00	336.000,00	0,00
13000000000	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	14.000,00	14.000,00	14.005,41	105.519,67	-230.480,33
13200000000	<b>VALORES MOBILIÁRIOS</b>	14.000,00	14.000,00	14.005,41	105.519,67	-230.480,33
13210000000	<b>JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS</b>	14.000,00	14.000,00	336.000,00	336.000,00	0,00
132104000000	<b>REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	14.000,00	14.000,00	14.005,41	105.519,67	-230.480,33
132104010000	<b>REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS</b>	14.000,00	14.000,00	14.000,00	17.064,70	3.064,70
132104010100	Remuneração dos Recursos do RPPS	14.000,00	14.000,00	2.036,30	17.064,70	3.064,70
19000000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.340,88	419.769,73	-8.230,27
19900000000	<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.340,88	419.769,73	-8.230,27
19990000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.340,88	419.769,73	-8.230,27
199903000000	<b>COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	424.000,00	424.000,00	40.126,88	357.868,40	-66.131,60
199903010000	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	424.000,00	424.000,00	40.126,88	357.868,40	-66.131,60



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Receita Orçamentária - Demonstrativo**

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
199903010100	Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS e Sistema de Proteção Social - Principal - FP	424.000,00	424.000,00	40.126,88	357.868,40	-66.131,60
199999000000	OUTRAS RECEITAS	4.000,00	4.000,00	214,00	61.901,33	57.901,33
199999200000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	4.000,00	4.000,00	214,00	61.901,33	57.901,33
199999210000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	4.000,00	4.000,00	214,00	61.901,33	57.901,33
199999210201	Outras Receitas - RPPS	4.000,00	4.000,00	214,00	61.901,33	57.901,33
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	10.100.000,00	10.100.000,00	678.204,52	6.237.296,41	-3.862.703,59
720000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.100.000,00	10.100.000,00	678.204,52	6.237.296,41	-3.862.703,59
721000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	10.100.000,00	10.100.000,00	678.204,52	6.237.296,41	-3.862.703,59
721500000000	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	10.100.000,00	10.100.000,00	678.204,52	6.237.296,41	-3.862.703,59
721501000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	5.000,00	5.000,00	0,42	22,21	-4.977,79
721501100000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	5.000,00	5.000,00	0,42	22,21	-4.977,79
721501120100	Contribuição Servidor - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	0,42	22,21	-4.977,79
721502110101	Contribuição Patronal - Prefeitura Municipal	812.000,00	812.000,00	61.248,96	567.959,53	-244.040,47
721502110102	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Saúde	2.773.000,00	2.773.000,00	139.681,67	1.276.015,11	-1.496.984,89
721502110103	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Ação Social	146.000,00	146.000,00	14.168,11	110.541,97	-35.458,03
721502110104	Contribuição Patronal - Câmara Municipal	59.000,00	59.000,00	4.439,55	39.767,17	-19.232,83
721502110105	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Educação	6.300.000,00	6.300.000,00	458.655,40	4.242.955,12	-2.057.044,88
721502120100	Contribuição Patronal - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	10,41	35,30	-4.964,70
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>13.992.000,00</b>	<b>13.992.000,00</b>	<b>1.122.759,58</b>	<b>10.319.471,03</b>	<b>-3.672.528,97</b>

SETEMBRO/2025



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Receita Orçamentária - Demonstrativo**

AGOSTO/2025

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
10000000000	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	3.892.000,00	3.892.000,00	478.986,46	3.637.619,56	-254.380,44
12000000000	<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	400.879,41	3.243.162,31	-206.837,69
12100000000	<b>CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	400.879,41	3.243.162,31	-206.837,69
12150000000	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	3.243.162,31		
121501000000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL</b>	3.114.000,00	3.114.000,00	359.910,82	3.151.648,05	37.648,05
121501100000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	348.093,40	2.825.663,19	255.663,19
121501110000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	348.093,40	2.825.663,19	255.663,19
121501110100	Contribuição do Servidor - Prefeitura Municipal	393.000,00	393.000,00	31.335,48	253.355,35	-139.644,65
121501110200	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Saúde	884.000,00	884.000,00	69.975,23	568.165,22	-315.834,78
121501110300	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Ação Social	73.000,00	73.000,00	6.677,22	48.187,04	-24.812,96
121501110400	Contribuição do Servidor - Câmara Municipal	30.000,00	30.000,00	4.439,52	17.663,68	-12.336,32
121501110500	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	229.717,50	1.892.147,74	892.147,74
121501110700	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pessoal Cedido	190.000,00	190.000,00	5.948,45	46.144,16	-143.855,84
121501200000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO</b>	542.000,00	542.000,00	41.223,90	322.480,46	-219.519,54
121501210000	Contribuição dos Inativos Civis para o RPPS	542.000,00	542.000,00	322.480,46	892.147,74	892.147,74
121501300000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS</b>	2.000,00	2.000,00	593,52	3.504,40	1.504,40
121501310000	Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS	2.000,00	2.000,00	593,52	3.504,40	1.504,40
121502000000	<b>CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL</b>	336.000,00	336.000,00	10.968,59	91.514,26	-244.485,74
121502100000	<b>CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO</b>	336.000,00	336.000,00	10.968,59	91.514,26	-244.485,74
121502110000	Contribuição Patronal - Pessoal Cedido	336.000,00	336.000,00	10.968,59	91.514,26	-244.485,74
130000000000	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
132000000000	<b>VALORES MOBILIÁRIOS</b>	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
132100000000	<b>JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS</b>	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
132104000000	<b>REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
132104010000	<b>REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS</b>	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
132104010100	Remuneração dos Recursos do RPPS	14.000,00	14.000,00	2.259,46	15.028,40	1.028,40
19000000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	75.847,59	379.428,85	-48.571,15
19900000000	<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	75.847,59	379.428,85	-48.571,15
19990000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	75.847,59	379.428,85	-48.571,15
19990300000	<b>COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS RÉGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	424.000,00	424.000,00	40.126,88	317.747,52	-106.258,48
199903010000	Compensações Financeiras entre os Régimes de Previdência - Principal	424.000,00	424.000,00	40.126,88	317.747,52	-106.258,48



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Receita Orçamentária - Demonstrativo**

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
199993010100	Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS e Sistema de Proteção Social - Principal - FP	424.000,00	424.000,00	40.126,88	317.741,52	-106.258,48
199999900000	OUTRAS RECEITAS	4.000,00	4.000,00	35.720,71	61.687,33	57.587,33
199999200000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	4.000,00	4.000,00	35.720,71	61.687,33	57.587,33
199999210000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	4.000,00	4.000,00	35.720,71	61.687,33	57.587,33
199999210201	Outras Receitas - RPPS	4.000,00	4.000,00	35.720,71	61.687,33	57.587,33
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	10.100.000,00	10.100.000,00	684.290,99	5.559.091,89	-4.540.908,11
720000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.100.000,00	10.100.000,00	684.290,99	5.559.091,89	-4.540.908,11
721000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	10.100.000,00	10.100.000,00	684.290,99	5.559.091,89	-4.540.908,11
721500000000	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	10.100.000,00	10.100.000,00	684.290,99	5.559.091,89	-4.540.908,11
721501000000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	5.000,00	5.000,00	0,00	21,79	-4.978,21
721501100000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	5.000,00	5.000,00	0,00	21,79	-4.978,21
721501120100	Contribuição Servidor - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	0,00	21,79	-4.978,21
721502110101	Contribuição Patronal - Prefeitura Municipal	812.000,00	812.000,00	62.670,94	506.710,57	-305.289,43
721502110102	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Saúde	2.773.000,00	2.773.000,00	139.950,87	1.136.333,44	-1.636.666,56
721502110103	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Ação Social	146.000,00	146.000,00	13.354,40	96.373,86	-49.626,14
721502110104	Contribuição Patronal - Câmara Municipal	59.000,00	59.000,00	8.879,10	35.327,62	-23.672,38
721502110105	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Educação	6.300.000,00	6.300.000,00	459.435,68	3.784.299,72	-2.515.700,28
721502120100	Contribuição Patronal - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	0,00	24,89	-4.975,11
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>13.992.000,00</b>	<b>13.992.000,00</b>	<b>9.196.711,45</b>	<b>-4.795.288,55</b>	

AGOSTO/2025



Especificação	Datação Inicial	Cédito		Datação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
22000 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	22.780.285,00	10.000,00	10.000,00	22.780.285,00	31,60	21.693.630,83	1.764.093,56	13.845.519,95	1.748.516,16	13.815.509,77	7.877.721,06	1.086.654,17
22001 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (RPPS/IRGPs)	22.780.285,00	10.000,00	10.000,00	22.780.285,00	31,60	21.693.630,83	1.764.093,56	13.845.519,95	1.748.516,16	13.815.509,77	7.877.721,06	1.086.654,17
0801-COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES (RPPS/IRGPs)	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33209600 18001111-Compensações ao RPPS	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0802-PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS RPPS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
31909100 18001111-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909100 18001111-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909300 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909300 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1901-EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS - RPPS	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
44905100 18020000-Obra e Instalações	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
2201-CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RPPS, INCLUSIVE CONSELHEIROS MUNICIPAIS	102.750,00	0,00	0,00	102.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.750,00
33901400 18020000-Diárias - Civil	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
33903400 18020000-Material de Consumo	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903300 18020000-Passagens e Despesas Com Locomoção	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903500 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.750,00	0,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
33903300 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
2202-GESTÃO ADMINISTRATIVA DO RPPS	1.080.000,00	10.000,00	1.090.000,00	31,60	686.095,83	48.645,39	42.976,81	48.645,39	431.590,03	254.505,80	403.904,17	
31905400 18020000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 18020000-Vencimentos e Variações Fíxas	330.000,00	0,00	330.000,00	0,00	330.000,00	26.318,00	205.880,74	26.318,00	205.880,74	124.119,26	0,00	
31901300 18020000-Indenizações Patronais	95.000,00	0,00	95.000,00	0,00	85.000,00	5.526,78	43.234,94	5.526,78	37.708,16	47.391,84	10.000,00	
31909100 18020000-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909300 18020000-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909400 18020000-Indenizações e Restituições	40.000,00	10.000,00	50.000,00	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00
31911300 18020000-Obrigações Patronais	29.000,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00
33903500 18020000-Outros Benefícios Assistenciais	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 18020000-Diárias - Civil	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	924,00	0,00	924,00	0,00	924,00	0,00	924,00	19.076,00
33903300 18020000-Material de Consumo	60.000,00	0,00	60.000,00	31,60	4.316,41	31,60	4.316,41	31,60	4.316,41	0,00	55.663,59	
33903300 18020000-Passagens e Despesas Com Locomoção	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903500 18020000-Serviços de Consultoria	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	148.470,93	11.744,85	97.306,88	11.744,85	92.046,68	55.424,25	21.529,07	
33903500 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
33903300 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	69.829,64	5.024,16	43.759,19	5.024,16	43.159,19	26.670,45	80.170,36	
33904700 18020000-Obrigações Tributárias e Contribuições	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Despesa Orçamentária - Demonstrativo**

AGOSTO/2025

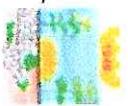
Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos		
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível	
33909100 18020000-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
33909200 18020000-Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	55,16	0,00	55,16	0,00	55,16	0,00	9.943,84	
33909300 18020000-Indenizações e Resiliuições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
33919700 18020000-Aporte Para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
<b>2903-MAINTENÇAO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS DOS RPPS (DESPESAS COM APOSENTADORIAS E REFORMAS, PENSÕES) (FOLHA DE RESPONSABILIDADE DO RPPS)</b>	<b>21.017.535,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.017.535,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.007.535,00</b>	<b>1.715.448,17</b>	<b>13.402.543,14</b>	<b>1.699.870,77</b>	<b>13.384.319,74</b>	<b>7.623.215,26</b>	<b>10.000,00</b>	
31900100 1500000-Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	619.467,64	4.669.146,72	619.467,54	4.669.146,72	330.853,28	0,00	
31900100 18001111-Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	14.000.000,00	0,00	0,00	14.000.000,00	0,00	14.000.000,00	934.931,51	7.500.655,94	924.158,91	7.487.247,34	6.512.752,66	0,00	
31900300 18001111-Pensões	2.007.535,00	0,00	0,00	2.007.535,00	0,00	2.007.535,00	161.049,02	1.232.730,48	161.049,02	1.232.730,48	1.227.925,58	779.609,32	0,00
31909200 18001111-Despesas Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
<b>5996-RESERVA DO RPPS</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>	
<b>99999900 1500000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>	
<b>Total Geral:</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>31,60</b>	<b>21.693.630,83</b>	<b>1.764.093,56</b>	<b>13.345.519,95</b>	<b>1.748.516,16</b>	<b>13.815.909,77</b>	<b>7.877.721,06</b>	<b>1.086.654,17</b>	



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Despesa Orçamentária - Demonstrativo**

JULHO/2025

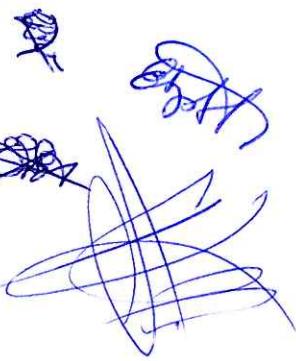
Especificação	Doação Inicial	Credito		Doação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldo
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	
22000 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	22.780.285,00	10.000,00	10.000,00	22.780.285,00	3.655,73	21.633.599,23	1.760.030,69	12.081.426,39	1.759.689,32	12.067.393,61	9.626.205,62
22001 - IPSEL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	22.780.285,00	10.000,00	10.000,00	22.780.285,00	3.655,73	21.633.599,23	1.760.030,69	12.081.426,39	1.759.689,32	12.067.393,61	9.626.205,62
0901- COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES (RPPS/IRGPs)	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33209800 18001111-Compensações ao RGPS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0902- PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS RPPS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
31909100 18001111-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0903- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RPPS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909300 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909300 18001111-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1901- EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS - RPPS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
44905100 18020000-Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
2901- CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RPPS, INCLUSIVE CONSELHEIROS MUNICIPAIS	102.750,00	0,00	0,00	102.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.750,00
33901400 18020000-Diárias - Civil	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
33905300 18020000-Material de Consumo	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Locomotiva	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903300 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.750,00	0,00	0,00	12.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.750,00
33903200 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
2902- GESTÃO ADMINISTRATIVA DO RPPS	1.080.000,00	10.000,00	0,00	1.090.000,00	3.655,73	686.064,23	52.315,91	394.331,42	53.438,41	382.944,64	303.719,59
31900400 18020000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 18020000-Vencimentos e Vantagens Fixas	330.000,00	0,00	0,00	330.000,00	0,00	26.318,00	26.318,00	179.562,74	179.562,74	150.437,26	0,00
Pessoal Civil	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	85.000,00	5.526,78	37.708,16	5.526,78	32.181,38	52.818,62
31901300 18020000-Obrigações Patronais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909100 18020000-Sentenças Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31909300 18020000-Indenizações e Restituições	40.000,00	10.000,00	0,00	50.000,00	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00	47.498,69	0,00
31909400 18020000-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Trabalhistas	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00
31911300 18020000-Contrigações Patronais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33900000 18020000-Outros Benefícios Assistenciais	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	242,00	934,00	242,00	924,00	924,00	19.767,00
33901400 18020000-Dívidas - Civil	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	1.065,73	4.284,81	1.065,73	4.284,81	0,00	0,00	55.715,19
33903300 18020000-Passagens e Despesas Com Locomoção	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33903500 18020000-Serviços de Consultoria	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	148.470,93	11.744,85	85.561,83	11.744,85	80.301,33	88.169,10
Pessoas Físicas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
33903600 18020000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	2.348,00	69.829,64	7.418,55	38.735,03	8.541,05	38.135,03	31.064,61
33904000 18020000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
33904700 18020000-Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Despesa Orçamentária - Demonstrativo**

JULHO/2025

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
33909100 18020000-Sentenças, Judiciais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909200 18020000-Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	56,16	0,00	56,16	0,00	56,16	0,00	9.943,84
33909300 18020000-Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33919700 18020000-Aporte Para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>2903-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS DOS RPPS (DESPESAS COM APÓSSENTADORIAS, REFORMAS, PENSÕES) (FOLHA DE RESPONSABILIDADE DO RPPS)</b>	<b>21.017,535,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.017,535,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.007.535,00</b>	<b>1.707.714,78</b>	<b>11.687.094,97</b>	<b>1.716.250,91</b>	<b>11.684.448,97</b>	<b>9.323.086,03</b>	<b>10.000,00</b>
31900100 15000000-Aposentadorias, Reserva Renumerada e Reformas	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	635.122,02	4.049.679,08	635.122,02	4.049.679,08	950.320,92	0,00
31900100 1800111-Aposentadorias, Reserva Renumerada e Reformas	14.000.000,00	0,00	0,00	14.000.000,00	0,00	14.000.000,00	916.663,88	6.565.734,43	925.200,01	6.563.088,43	7.436.911,57	0,00
31900300 1800111-Pensões	2.007.535,00	0,00	0,00	2.007.535,00	0,00	2.007.535,00	155.928,88	1.371.681,46	155.928,88	1.371.581,46	935.853,54	0,00
31900200 1800111-Despesas Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>9996-RESERVA DO RPPS</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>
<b>999999900 15000000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>22.780.285,00</b>	<b>3.655,73</b>	<b>21.693.599,23</b>	<b>1.760.030,69</b>	<b>12.081.426,39</b>	<b>1.769.689,32</b>	<b>12.067.393,61</b>	<b>9.626.205,62</b>	<b>1.086.685,77</b>





ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO**  
**Receita Orçamentária - Demonstrativo**

JULHO/2025

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
10000000000	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	3.892.000,00	3.892.000,00	442.670,76	3.158.633,10	-733.366,90
12000000000	<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	400.516,32	2.842.282,90	-607.717,10
12100000000	<b>CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	400.516,32	2.842.282,90	-607.717,10
12150000000	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL</b>	3.450.000,00	3.450.000,00	400.516,32	2.842.282,90	-607.717,10
12150100000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL</b>	3.114.000,00	3.114.000,00	387.051,42	2.761.737,23	-352.262,77
12150110000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	345.388,67	2.477.569,79	-92.430,21
121501110000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL</b>	2.570.000,00	2.570.000,00	345.388,67	2.477.569,79	-92.430,21
121501110100	Contribuição do Servidor - Prefeitura Municipal	393.000,00	393.000,00	31.113,29	222.019,87	-170.980,13
121501110200	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Saúde	884.000,00	884.000,00	69.762,70	498.189,99	-385.810,01
121501110300	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Ação Social	73.000,00	73.000,00	6.677,22	41.509,82	-31.490,18
121501110400	Contribuição do Servidor - Câmara Municipal	30.000,00	30.000,00	0,00	13.224,16	-16.775,84
121501110500	Contribuição do Servidor - Fundo Municipal de Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	231.103,01	1.662.430,24	662.430,24
121501110700	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pessoal Cedido	190.000,00	190.000,00	6.732,45	40.195,71	-149.804,29
121501200000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO</b>	542.000,00	542.000,00	41.070,57	281.256,56	-260.743,44
121501210000	Contribuição dos Inativos Civis para o RPSS	542.000,00	542.000,00	41.070,57	281.256,56	-260.743,44
121501300000	<b>CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS</b>	2.000,00	2.000,00	592,18	2.910,88	910,88
121502000000	<b>CONTRIBUIÇÃO DOS Pensionistas Civis para o RPSS</b>	2.000,00	2.000,00	592,18	2.910,88	910,88
121502100000	<b>CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL</b>	336.000,00	336.000,00	13.464,90	80.545,67	-255.454,33
121502110000	Contribuição Patronal - Pessoal Cedido	336.000,00	336.000,00	13.464,90	80.545,67	-255.454,33
13000000000	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
13200000000	<b>VALORES MOBILIÁRIOS</b>	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
13210000000	<b>JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS</b>	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
132104000000	<b>REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
132104010000	<b>SOCIAL - RPSS - PRINCIPAL</b>	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
132104010100	Remuneração dos Recursos do RPSS	14.000,00	14.000,00	2.027,56	12.768,94	-1.231,06
19000000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.126,88	303.581,26	-124.418,74
19900000000	<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.126,88	303.581,26	-124.418,74
19990000000	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	428.000,00	428.000,00	40.126,88	303.581,26	-124.418,74
199903000000	<b>COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	424.000,00	424.000,00	40.126,88	277.614,64	-146.385,36
199903010000	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	424.000,00	424.000,00	40.126,88	277.614,64	-146.385,36



ESTADO DE PERNAMBUCO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAJEDO  
Receita Orçamentária - Demonstrativo

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
				No Mês	Acumulado	
1999993010100	Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS e Sistema de Proteção Social - Principal - FIP	424.000,00	424.000,00	40.126,88	277.614,64	-146.385,36
1999999000000	OUTRAS RECEITAS	4.000,00	4.000,00	0,00	25.966,62	21.966,62
1999992000000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	4.000,00	4.000,00	0,00	25.966,62	21.966,62
1999992100000	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	4.000,00	4.000,00	0,00	25.966,62	21.966,62
199999210201	Outras Receitas - RPPS	4.000,00	4.000,00	0,00	25.966,62	21.966,62
70000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	10.100.000,00	10.100.000,00	677.336,44	4.874.800,90	-5.225.199,10
72000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.100.000,00	10.100.000,00	677.336,44	4.874.800,90	-5.225.199,10
72100000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	10.100.000,00	10.100.000,00	677.336,44	4.874.800,90	-5.225.199,10
72150000000	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	10.100.000,00	10.100.000,00	677.336,44	4.874.800,90	-5.225.199,10
72150100000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	5.000,00	5.000,00	17,77	21,79	-4.978,21
72150110000	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	5.000,00	5.000,00	17,77	21,79	-4.978,21
721501120100	Contribuição Servidor - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	17,77	21,79	-4.978,21
721502110101	Contribuição Patronal - Prefeitura Municipal	812.000,00	812.000,00	62.226,56	444.039,63	-367.960,37
721502110102	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Saúde	2.773.000,00	2.773.000,00	139.525,83	996.382,57	-1.776.617,43
721502110103	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Ação Social	146.000,00	146.000,00	13.354,40	83.019,46	-62.980,54
721502110104	Contribuição Patronal - Câmara Municipal	59.000,00	59.000,00	0,00	26.448,52	-32.551,48
721502110105	Contribuição Patronal - Fundo Municipal de Educação	6.300.000,00	6.300.000,00	462.206,63	3.324.864,04	-2.975.135,96
721502120100	Contribuição Patronal - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	5,25	24,89	-4.975,11
TOTAL DA RECEITA		13.992.000,00	13.992.000,00	8.033.434,00	-5.958.566,00	

JULHO/2025

# Conselho Municipal de Previdência IPSEL

Rua: 1º de Janeiro, 35 – Lajedo/PE – CEP: 55385-000  
Tel: (87) 3773-3519/ Site: [www.ipsellajedo.pe.gov.br](http://www.ipsellajedo.pe.gov.br)  
E-mail: [ipsellajedo@outlook.com](mailto:ipsellajedo@outlook.com)





# Folha de Pagamento - 2025

## Aposentados e Pensionistas

MÊS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	APORTES
JANEIRO	RS 1.410.398,89	RS 147.636,97	RS 473.766,74
FEVEREIRO	RS 1.410.398,89	RS 147.636,97	RS 478.300,51
MARÇO	RS 1.514.631,57	RS 148.069,61	RS 592.733,70
ABRIL	RS 1.663.725,25	RS 152.198,59	RS 653.944,11
MAIO	RS 1.531.204,49	RS 164.281,56	RS 636.052,83
JUNHO	RS 1.537.794,24	RS 155.928,88	RS 579.759,17
JULHO	RS 1.551.785,90	RS 155.928,88	RS 635.122,02
AGOSTO	RS 1.554.339,15	RS 161.049,02	RS 619.467,64
SETEMBRO	RS 1.572.470,75	RS 163.275,42	RS 655.787,75
<b>TOTAL</b>	<b>RS 13.746.749,13</b>	<b>RS 1.396.005,90</b>	<b>RS 5.324.934,47</b>

# ARRECADACÕES - 2025



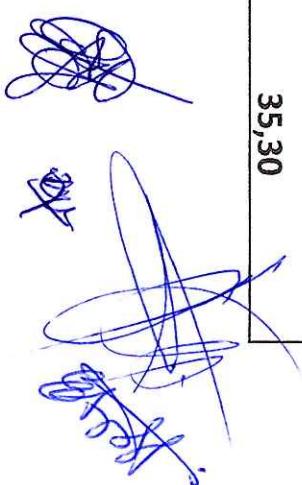
MÊS	CÂMARA	FMAS	FMIS	PMIL	EDUCAÇÃO	TOTAL	APORTE
JANEIRO	RS 6.602,67	RS 18.212,46	RS 227.659,09	RS 97.820,63	RS 705.547,23	RS 350.294,85	RS 473.766,74
FEVEREIRO	RS 6.602,67	RS 16.314,75	RS 210.358,34	RS 96.639,93	RS 694.862,96	RS 329.915,69	RS 478.300,51
MARÇO	RS 6.602,67	RS 16.500,28	RS 212.128,08	RS 97.090,72	RS 709.928,45	RS 332.321,75	RS 592.733,70
ABRIL	RS 6.602,68	RS 17.610,87	RS 211.972,42	RS 93.851,11	RS 784.453,55	RS 330.037,08	RS 653.944,11
MAIO	RS 6.602,68	RS 17.610,87	RS 211.639,95	RS 94.050,59	RS 701.864,90	RS 329.904,09	RS 636.052,83
JUNHO	RS 6.659,31	RS 18.248,43	RS 211.526,15	RS 93.266,67	RS 697.327,55	RS 329.700,56	RS 579.759,17
JULHO	RS 6.659,31	RS 20.031,62	RS 209.288,53	RS 93.339,85	RS 693.309,64	RS 329.319,31	RS 635.122,02
AGOSTO	RS 6.659,31	RS 20.031,62	RS 209.926,10	RS 94.006,42	RS 689.153,18	RS 330.623,45	RS 619.467,64
SETEMBRO	RS 6.659,31	RS 21.252,18	RS 209.522,30	RS 91.873,45	RS 687.982,83	RS 329.307,24	RS 655.787,75
OUTUBRO							
NOVEMBRO							
DEZEMBRO							
13º SALÁRIO							
TOTAL	RS 59.650,61	RS 165.813,08	RS 1.914.020,96	RS 851.939,37	RS 2.991.424,02	RS 5.324.934,47	



# Receitas das Contribuições



Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pessoal Cedido	R\$ 52.785,49
Contribuição Patronal - Pessoal Cedido	R\$ 105.519,67
Contribuição dos Inativos Civis para o RPPS	R\$ 364.321,70
Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS	R\$ 4.097,92
Remuneração dos Recursos do RPPS	R\$ 17.064,70
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	R\$ 357.868,40
Outras Receitas - RPPS	R\$ 61.901,33
Contribuição Servidor - Multas e Juros	R\$ 22,21
Contribuição Patronal - Multas e Juros	R\$ 35,30



# Carteira de Investimento - IPSEL

## Setembro



ATIVO	SALDO	CARTERA (%)	RESG.	CAREN.	4.963	RETORNO (R\$)	(%)	TX ADM
CAIXA BRASIL IIRF-M 1 TP FI RF	R\$ 108.282,64	100,00%	D+0	-	7,1 "b"	R\$ 2.036,30	1,03%	0,20%
Total investimentos	R\$ 108.282,64	100,00%				R\$ 2.036,30	1,17%	
Disponibilidade	R\$ 198.334,47	-				-	-	
<b>Total patrimônio</b>	<b>R\$ 306.617,11</b>	<b>100,00%</b>				-	-	

*[Handwritten signatures in blue ink]*

# Evolução do Patrimônio

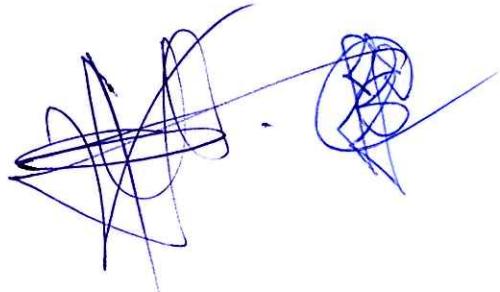
*(Handwritten signature)*



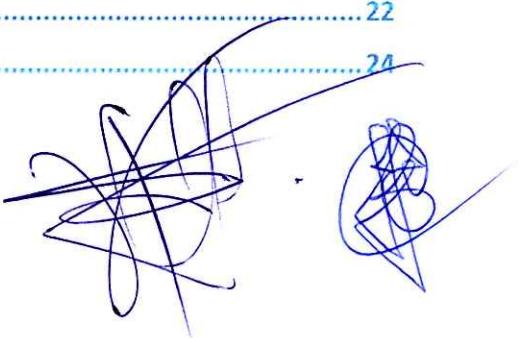
# **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

## **2026**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE LAJEDO  
IPSEL**

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized 'IPSEL' or a similar name, is positioned in the bottom right corner of the page.

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. O RPPS.....	3
1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	3
1.3. OBJETIVO.....	3
1.4. BASE LEGAL.....	4
1.5. VIGÊNCIA .....	4
1.6. PRÓ-GESTÃO .....	Erro! Indicador não definido.
1.7. SEGREGAÇÃO DE MASSA.....	Erro! Indicador não definido.
1.8. Estudo de ALM – Asset Libility Management .....	Erro! Indicador não definido.
<b>2. CONTEÚDO .....</b>	<b>4</b>
2.1 MODELO DE GESTÃO.....	5
2.1.1 GOVERNANÇA .....	5
2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO .....	7
2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO .....	10
2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ.....	10
2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS.....	10
2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026 .....	11
2.3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS.....	12
2.4. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS.....	13
2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA.....	14
2.6. PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS.....	15
2.7. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS .....	16
2.8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS .....	19
2.9. VEDAÇÕES .....	19
2.10. PLANO DE CONTINGÊNCIA .....	20
2.11. PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS.....	20
2.12. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA .....	21
2.13. ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS. Erro! Indicador não definido.	
<b>3. TRANSPARÊNCIA .....</b>	<b>22</b>
<b>4. DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>5. ANEXOS .....</b>	<b>24</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

### 1.1. O RPPS

Os servidores municipais de Lajedo passaram a contar com um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no ano de 2002, através da Lei 1.071 foi estabelecido o Fundo Previdenciário do Município de Lajedo – FUNPREL. Até então, as contribuições dos servidores municipais eram recolhidas primeiramente ao extinto INPS, depois ao INSS e ainda ao IPSEP, antigo instituto de previdência social do Estado de Lajedo.

Posteriormente, o FUNPREL foi reestruturado e transformou-se em uma Autarquia, posto que a Lei 1.113 de 02 de abril de 2004 criou o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lajedo – IPSEL.

Nova mudança ocorreu com o IPSEL em 2007, desta vez através da Lei 1.177 de 02 de março de 2007, que mantendo a estrutura autárquica, trouxe como principal inovação a chamada Segregação de Massas, política esta que tem como principal objetivo adequar o regime próprio às crescentes demandas previdenciárias. Tal conceito será explicado mais adiante.

Por fim, em 2018, através da Lei Complementar Municipal nº 013/2018, mais uma vez mantida a estrutura autárquica, foi promovida a unificação dos fundos segregados, voltando o instituto a ter um regime de capitalização.

Ao IPSEL, estão filiados, na qualidade de beneficiários os segurados e dependentes, onde segurado é o servidor ativo do município de Lajedo.

Como todo serviço de Previdência Social, o IPSEL tem com principal objetivo garantir aos seus segurados e dependentes garantias para sua proteção nos momentos de incapacidade temporária ou permanente, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão, falecimento e o advento da maternidade.

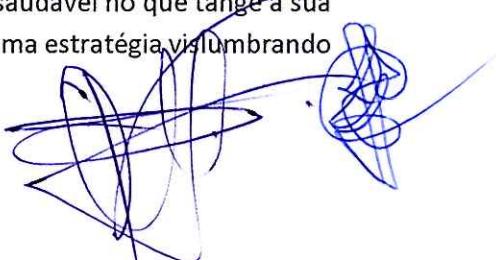
### 1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o [documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários](#), observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Estes objetivos devem estar sempre alinhados em busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (["RPPS"](#)).

Além disso, a Política de Investimentos atua como instrumento de governança e de controle, ao padronizar critérios de seleção, alocação e monitoramento das aplicações financeiras, reduzindo subjetividades e promovendo maior eficiência na gestão. Ela assegura que as decisões sejam pautadas em parâmetros técnicos previamente definidos, em conformidade com a legislação aplicável e com a meta atuarial do plano, oferecendo maior previsibilidade ao fluxo de recursos e contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo do RPPS.

### 1.3. OBJETIVO

A avaliação atuarial constatou que o RPPS dispõe de uma situação saudável no que tange à sua solvência e que o RPPS dispõe de condições favoráveis para adotar uma estratégia vislumbrando



o longo prazo, a qual pode consistir em agregar ativos mais voláteis e ativos com vencimentos em longo prazo ou carência, mantendo a compatibilidade dos prazos com a necessidade atuarial do regime, com o perfil do investidor e com um retorno esperado compatível com as necessidades do RPPS. Portanto, o RPPS, no que tange à gestão dos investimentos durante o exercício de 2026, buscará a maximização da rentabilidade dos seus ativos, com foco em uma estratégia de longo prazo.

#### 1.4. BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente especialmente a [Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 \("Resolução 4.963"\)](#) e a [Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022 \("Portaria 1.467"\)](#) que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

#### 1.5. VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2026 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente<sup>1</sup>, conforme determina o art. 5º da Resolução 4.963. O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que *"justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação"*.

## 2. CONTEÚDO

O [art. 4º da Resolução 4.963](#), que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

**Art. 4º.** Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

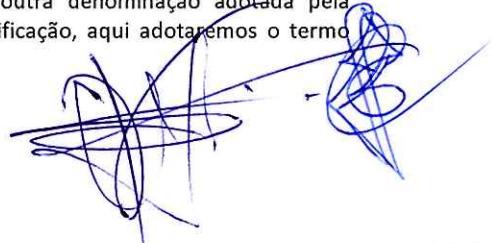
**I** - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;

**II** - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

**III** - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;

**IV** - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

<sup>1</sup> Por "órgão superior competente" entende-se como o Conselho Municipal de Previdência/Conselho de Administração/Conselho Administrativo/Conselho Deliberativo ou qualquer outra denominação adotada pela legislação municipal que trate do órgão de deliberação do RPPS. Para simplificação, aqui adotaremos o termo "Conselho".



**V** - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;

**VI** - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;

**VII** - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;

**VIII** - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A [Seção II da Portaria 1.467](#) reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 4.963 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

## 2.1 MODELO DE GESTÃO

A [Portaria 1.467](#) traz no [art. 95](#) a seguinte redação:

Art. 95. A gestão das aplicações dos recursos dos RPPS poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:

I - [gestão própria](#), quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;

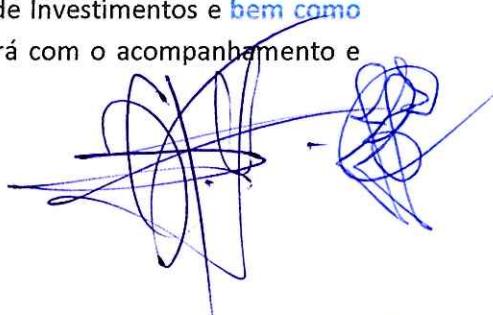
II - [gestão](#) realizada exclusivamente por pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada para administração de recursos de terceiros pela CVM; e

III - [gestão mista](#), quando parte da carteira do RPPS é gerida diretamente pela unidade gestora e parte por instituições contratadas para administração de carteiras de valores mobiliários.

O RPPS adota o [modelo de gestão própria](#). Isso significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselho, sem interferências externas.

### 2.1.1 GOVERNANÇA

A estrutura do RPPS é formada, além da Unidade Gestora, pelo [Comitê de Investimentos](#), responsável pela execução da Política de Investimentos. O [Conselho Municipal de Previdência](#), atua como órgão superior competente que aprovará a Política de Investimentos e [bem como como, principal órgão de controle interno do RPPS](#), que atuará com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos.



Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de Investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos.

Com relação à [governança](#) do RPPS, o [Comitê de Investimentos](#) é o órgão responsável pela execução desta Política de Investimentos, sendo este o detentor do mandato para as movimentações (aplicações e resgates) e manutenção da carteira de investimentos ao longo do ano. A estrutura do Comitê é apresentada em Regimento Interno próprio.

A Lei Complementar Municipal 013/2018 trouxe como uma de suas inovações a introdução do Conselho Municipal de Previdência, órgão de composição plural, composto por servidores públicos e que reúne as funções dos antigos conselho administrativo e fiscal, sendo assim o órgão máximo do RPPS, que deverá aprovar a Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos investimentos realizando reuniões periódicas. É também o principal órgão de controle interno do RPPS e atuará buscando zelar pela gestão econômico-financeira do regime, examinando quando necessário o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão, além de verificar a ocorrência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos. As deliberações do Conselho ocorrerão através de reuniões periódicas e a sua estrutura prevista na lei do RPPS, em conformidade com o previsto no artigo 72 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

O RPPS conta com o serviço de [consultoria de investimento](#) da empresa Matias e Leitão Consultores Associados LTDA, sob nome fantasia “LEMA Economia & Finanças”, e inscrita no CNPJ 14.813.501/0001-00 autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviço quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos do RPPS. A [Consultoria](#) atuará conforme legislação que rege sua atuação e os investimentos dos RPPS, através de análise de cenário, estudo de carteira, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política, sem incorrer em elevado risco nos investimentos.

## 2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

[O art. 2º da Resolução 4.963](#) determina que os recursos dos RPPS devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I – renda fixa



II – renda variável

III – investimentos no exterior

IV – investimentos estruturados

V – fundos Imobiliários

VI – empréstimos Consignados

São considerados investimentos estruturados:

I - fundos de investimento classificados como multimercado;

II - fundos de investimento em participações (FIP); e

III - fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS.

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do RPPS.

Tais aplicações deverão ser precedidas de **atestado** elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1.467.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do RPPS, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/2022.

Para a formação do portfólio ideal, começaremos com uma breve abordagem do cenário econômico atual e projetado.

#### 2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO

A atividade econômica no Brasil mostrou sinais mistos em outubro. Os PMIs avançaram, com Serviços em 47,7 pontos e Indústria em 48,2, ambos ainda abaixo da linha de 50, o que indica



retração menos intensa em um ambiente de demanda enfraquecida, crédito caro e custos elevados. Houve leve melhora na geração de empregos e otimismo cauteloso para os próximos meses. O mercado de trabalho segue como pilar da atividade. A taxa de desocupação ficou em 5,6% no trimestre encerrado em setembro, repetindo mínima histórica da série iniciada em 2012, enquanto o número de desocupados recuou para 6,0 milhões, a população ocupada atingiu 102,4 milhões e o emprego formal somou 39,2 milhões, alta de 2,7% em doze meses.

A renda média real habitual alcançou R\$ 3.507, maior valor da série, elevando a massa salarial para R\$ 354,6 bilhões, avanço de 5,5% em doze meses. Esse quadro sustentou a confiança do consumidor, com o ICC em 88,5 pontos e média móvel trimestral em 87,4, com melhora mais evidente entre famílias de menor renda.

O quadro fiscal brasileiro permanece pressionado. Em setembro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 17,5 bilhões, com saldo negativo de R\$ 14,9 bilhões no governo central e de R\$ 3,5 bilhões em estados e municípios, parcialmente compensado por superávit de R\$ 1,0 bilhão nas estatais. A DBGG subiu para 78,1% do PIB e a DLSP para 64,8%, influenciadas por juros nominais elevados e pela variação cambial.

No que se refere ao cenário inflacionário, este continuou a tendência de desaceleração, com o IPCA variando 0,09% em outubro, acumulando 4,68% em doze meses. A redução de 2,39% na energia elétrica residencial, com mudança de bandeira, fez o grupo Habitação recuar 0,30% e retirou 0,05 ponto do índice, enquanto Saúde e cuidados pessoais subiu 0,41% e Despesas pessoais 0,45%, adicionando 0,06 e 0,05 ponto, respectivamente.

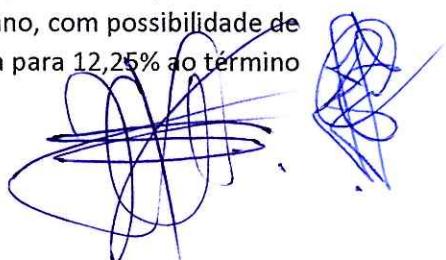
Diante desse cenário, o Copom manteve a Selic em 15,00% ao ano por decisão unânime. A ata reforçou o tom cauteloso, citando incertezas fiscais, ambiente internacional adverso e expectativas ainda des ancoradas, o que exige juros significativamente contracionistas por período prolongado e eventual retomada de alta se o cenário inflacionário se deteriorar.

Os fluxos externos mostraram fôlego. O investimento direto no país somou US\$ 10,6 bilhões em setembro e alcançou US\$ 75,8 bilhões em doze meses, cerca de 3,5% do PIB, refletindo diferencial de juros elevado e oportunidades em setores estratégicos.

No cenário exterior, o Federal Reserve cortou a taxa em 0,25 ponto, para o intervalo de 3,75% a 4,00% ao ano, no segundo ajuste de 2025. O FOMC reconheceu arrefecimento gradual do mercado de trabalho e processo desinflacionário incompleto. Nos Estados Unidos, os PMIs avançaram, com o composto em 54,6 pontos, apoiado por novos negócios em serviços e expansão moderada da manufatura.

A zona do euro acelerou com PMI Composto em 52,5, puxado por serviços, enquanto a indústria seguiu fraca. Na China, o PMI Industrial recuou para 49,0 e o Composto ficou em 50,0, sinalizando estagnação. No campo geopolítico, acordos entre Estados Unidos, China e Japão indicaram redução gradual de tarifas e cooperação em tecnologia e energia, e Brasil e Estados Unidos avançaram em tratativas para ampliar comércio e investimentos.

Devido ao cenário de juros no Brasil, os ativos mais conservadores, tendem a permanecer atrativos. As projeções indicam Selic terminal em 15% ao final deste ano, com possibilidade de início do ciclo de cortes no primeiro trimestre de 2026, levando a taxa para 12,25% ao término



do período. Considerando a estimativa de IPCA em 4,20% para o final do próximo ano, conforme o último Relatório Focus divulgado pelo Banco Central, observa-se que ativos indexados aos juros — como fundos DI, fundos de crédito privado e títulos públicos e privados — devem continuar entregando retornos acima da meta atuarial, ainda que em níveis inferiores aos registrados em 2025.

Além disso, ao longo deste ano tem sido observado um fechamento da curva de juros, o que favoreceu o desempenho dos índices de renda fixa de maior *duration*, como IRF-M, IRF-M 1+, IMA-B e IMA-B 5+. Considerando a natureza do mercado de juros, que tende a antecipar movimentos de cortes por parte do Banco Central, existe a possibilidade — ainda que menos clara e concreta do que no caso dos ativos conservadores — de que tais investimentos se beneficiem desse ambiente e capturem ganhos adicionais por meio da marcação a mercado.

Outro segmento que pode se beneficiar, especialmente em um cenário de saída de recursos dos mercados de países desenvolvidos em direção a economias emergentes, como o Brasil, é o mercado de ações doméstico. Apesar dos desafios estruturais enfrentados pelas companhias brasileiras e das incertezas adicionais associadas ao ano eleitoral de 2026, o fluxo de capitais tende a se manter, impulsionado pelos cortes de juros do Federal Reserve e pelos resultados positivos reportados pelas empresas listadas na B3. Nesse contexto, o movimento de alta do Ibovespa, observado até meados de 2025, pode se prolongar em 2026, trazendo ganhos adicionais para carteiras mais expostas ao risco de mercado.

As projeções para os mercados de ações internacionais em 2026 indicam um cenário de moderação, mas com oportunidades relevantes para investidores atentos às particularidades regionais. Nos Estados Unidos, espera-se que os cortes de juros pelo Federal Reserve sustentem o apetite por ativos de risco, favorecendo especialmente empresas de tecnologia e crescimento, ainda que riscos ligados à inflação persistente e tensões comerciais possam gerar volatilidade. Na Europa, a recuperação econômica tende a ser mais gradual, com ganhos concentrados em setores cíclicos e de valor, enquanto custos elevados de energia e pressões regulatórias continuam a limitar parte do avanço. Já na Ásia, a China deve mostrar sinais de estabilização após um período de fragilidade, apoiada em estímulos internos e maior consumo doméstico. O movimento de realocação de capitais de mercados desenvolvidos para emergentes pode reforçar a atratividade dessas regiões. Contudo, incertezas relacionadas a geopolítica, comércio internacional e câmbio permanecem no radar. Nesse contexto, 2026 tende a ser um ano de ganhos mais seletivos, exigindo estratégias de diversificação para capturar oportunidades sem ignorar os riscos globais.

De acordo com as projeções mais recentes do Relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, a economia brasileira deve apresentar arrefecimento nos próximos anos, refletindo os efeitos da política monetária ainda restritiva. O Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em crescimento de 2,16% em 2025 e de 1,78% em 2026, sinalizando perda de dinamismo frente ao ciclo anterior. No que se refere à inflação, as expectativas para o IPCA vêm sendo gradualmente revistas para baixo em um contexto de desaceleração da atividade, projetando-se variação de 4,55% em 2025 e de 4,20% em 2026. Embora os números permaneçam acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,0% a partir de 2025, para 2026 se situam dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Esse cenário indica que, ainda que o processo desinflacionário esteja em curso, o



Banco Central deverá manter cautela na condução da política monetária, de forma a garantir a convergência das expectativas no médio prazo.

### 2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana - Agregado	2025					2026								
	Maio	Maio	Hoy	Comp.	Resp.	5 dias Resp.	Maio	Maio	Hoy	Comp.	Resp.	5 dias Resp.	***	uteis
semanas	semanas	semanas	semanal *	***	uteis	semanas	semanas	semanas	semanal *	***	uteis	***		
IPCA (variação %)	4,72	4,55	4,55	= (1)	1,09	4,55	4,7	4,28	4,20	4,20	= (2)	147	4,20	45
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,16	= (2)	119	2,16	24	1,80	1,78	1,78	= (2)	116	1,78	34
Câmbio (R\$/US\$)	5,45	5,41	5,41	= (2)	125	5,40	35	5,50	5,50	5,50	= (1)	121	5,50	35
Selic (% a.a)	11,00	15,00	15,00	= (20)	142	15,00	45	12,25	12,25	12,25	= (1)	140	12,25	45
ICPM (variação %)	0,95	0,20	0,22	▼ (9)	75	0,31	21	4,20	4,08	4,08	= (1)	73	4,00	21
IPCA Administrados (variação %)	4,98	4,95	4,97	▲ (2)	101	4,93	25	3,97	3,87	3,86	▼ (1)	99	3,80	25
Conta corrente (US\$ bilhões)	69,00	71,33	72,10	▼ (5)	38	72,00	5	65,15	65,25	65,25	= (1)	38	62,20	5
Balança comercial (US\$ bilhões)	62,00	61,99	62,00	▲ (1)	38	63,35	6	65,72	66,10	65,95	▼ (1)	38	64,39	6
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,20	70,00	= (6)	35	73,50	6	70,00	70,00	70,00	= (33)	35	74,85	6
Divida líquida do setor público (% do PIB)	95,79	95,80	95,80	= (2)	53	95,80	13	70,08	70,11	70,10	▼ (1)	52	69,80	13
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (5)	62	-0,50	14	0,60	-0,60	-0,60	= (12)	61	-0,57	14
Resultado nominal (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (9)	53	-0,30	9	-8,40	-8,61	-8,65	▼ (3)	52	-8,00	9

Fonte: Relatório Focus de 07/11/2025 (Banco Central)

### 2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ

Atualmente, o RPPS detém um patrimônio de R\$ 149.654,61, distribuídos entre 1 fundos de investimento conforme a seguinte distribuição:

ATIVO	SALDO R\$	%	DISP.	ENQUADRAMENTO
CAIXA BRASIL IRF-M	149.654,61	100,00%	D+0	7, I "b"
1 TP FI RF				
TOTAL	149.654,61	100,00%	-	-

Fonte: Uno. Carteira no fechamento de Outubro de 2025

A carteira apresenta uma condição favorável de liquidez, pois os fundos não possuem prazo de carência, e aqueles com prazos de resgate mais longos disponibilizam os recursos em até 0 dias úteis. Assim, o IPSEL tem a capacidade de converter seus investimentos em caixa nesse período, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar melhor o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS.

### 2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

O objetivo principal da gestão dos investimentos é a maximização da rentabilidade, tomando como referência a meta de rentabilidade definida, observando os princípios de segurança, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. O RPPS também dispõe de condição de solvência regular e, conforme evidenciado na avaliação atuarial, teria solidez suficiente para realizar investimentos que vislumbrem o longo prazo e implique em um pouco mais de volatilidade.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1.467/2022, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções



das receitas e despesas futuras do RPPS e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

A metodologia para projeção do “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” utilizada nessa Política, baseia-se nos índices de referência dos fundos enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2021, abrangendo Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado. Para projeção de retornos dos índices ANBIMA, utilizam-se as taxas indicativas do fechamento do mês anterior, enquanto os pós-fixados (CDI) são projetados pelo vértice de 12 meses da curva de juros; já para os títulos de emissão privada considera-se 120% da projeção do CDI, em função do prêmio acima das negociações com títulos públicos. Para renda variável, o retorno é estimado a partir da média histórica dos últimos 60 meses: no Brasil, pelo Ibovespa; nos EUA, pelo S&P 500, podendo incluir ou não a expectativa cambial do Relatório Focus; e, no exterior, pelo MSCI World, também com ou sem ajuste cambial conforme o caso. Por fim, o resultado da análise de perfil do investidor (suitability) define se o RPPS será enquadrado como conservador, moderado ou agressivo, orientando a composição da carteira padrão para cada perfil.

A metodologia e os dados utilizados para a projeção estão expostos no anexo I desta Política. Assim, temos três possíveis cenários de retornos reais, considerando os diferentes perfis de investidores para os investimentos:

	Conservador	Moderado	Agressivo
Peso Renda Fixa	85,00%	80,00%	70,00%
Peso Demais segmentos	15,00%	20,00%	30,00%
<b>MILP</b>	<b>9,24%</b>	<b>8,99%</b>	<b>8,50%</b>

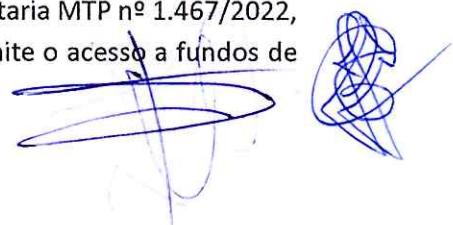
O resultado da análise do perfil de investidor (suitability) apontou o RPPS como CONSERVADOR. Sendo, portanto, sua projeção de retorno real aqui considerada de 9,24%.

#### 2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, o perfil de risco evidenciado no suitability, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime e as opções de investimentos previstas na Resolução 4.963, **a decisão de alocação dos recursos para 2026 deverá ser norteada pelos limites definidos na tabela a seguir**, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de “estratégia alvo” tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de “limite inferior” e “limite superior” tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

O IPSEL aderiu ao programa Pró Gestão, se certificando como nível II. Com esta certificação, o RPPS passou a atender integralmente os critérios estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo considerado um **investidor qualificado**. Essa classificação permite o acesso a fundos de



Estratégia de Alocação  
Política de Investimento

Segmento	Tipo de Ativo	Carteira Atual (R\$)	Carteira Atual (%)	Limite Resolução 4.963	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	149.654,61	100,00%	100,00%	20,00%	80,00%	100,00%
	FI em Índices de Renda Fixa 100% títulos TN - Art. 7º, I, "c"	0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	0,00	0,00%	60,00%	0,00%	20,00%	20,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, "b"	0,00	0,00%	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Ativos Bancários - Art. 7º, IV	0,00	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Direitos Creditórios (FIDC) - sênior - Art. 7º, V, "a"	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI "Debentures" - Art. 7º, V, "c"	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Subtotal</b>		<b>149.654,61</b>	<b>100,00%</b>	-	<b>20,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda Variável	FI Ações - Art. 8º, I	0,00	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Índices Ações - Art. 8º, II	0,00	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Investimentos no Exterior	FI Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Investimento no Exterior - Art. 9º, II	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Investimentos Estruturados	FI Multimercado - aberto - Art. 10, I	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Participações - Art. 10, II	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI "Ações - Mercado de Acesso" - Art. 10, III	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Fundos Imobiliários	FI Imobiliário - Art. 11	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Empréstimos Consignados	Empréstimos Consignados – Art. 12	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>149.654,61</b>	<b>100,00%</b>	-	<b>20,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 2.3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para **credenciamento de instituições e para seleção de ativos**, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do RPPS, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o RPPS utiliza-se de um **manual de credenciamento**, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O manual foi elaborado levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467.



Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o RPPS utiliza-se de um [manual de credenciamento](#), detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O manual foi elaborado levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que “os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.”

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - [registro ou autorização](#) na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de [elevado padrão ético](#) de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e [ausência de restrições](#) que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da instituição, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do [histórico](#) de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário Due Diligence;

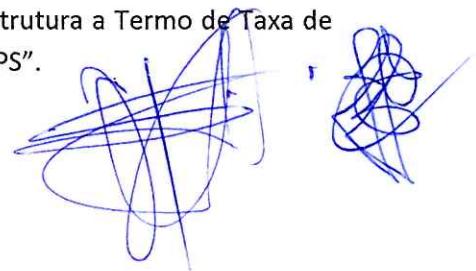
IV - [experiência](#) mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros.; e

V - análise quanto ao [volume de recursos](#) sob sua gestão e administração, bem como quanto a [qualificação](#) do corpo técnico e [segregação de atividades](#).

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

#### 2.4. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS

A [Portaria 1.467](#), em seu [art. 39](#), determina que “A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS”.



“§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.”

Além disso, deve-se levar em consideração o disposto no art. 4º da Seção II do Anexo VII da Portaria, em que deverão ser “acrescidas em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais.”

Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 2.010/2025 e a duração do passivo, calculada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024) realizada pela , contratada para este fim, de 16,90 anos encontramos o valor de 5,50 % a.a.

Tomando como base a projeção de inflação para o ano de 2026 como sendo de 4,20% temos como meta atuarial projetada o valor de 9,93%.

## 2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

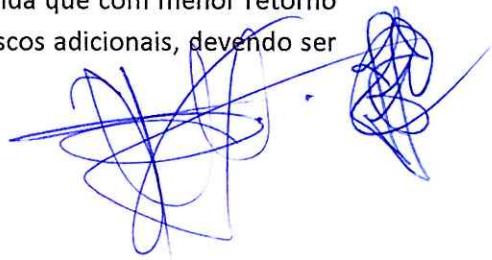
Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes do RPPS. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Ademais, no que se refere a aplicação ativos em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias (artigo 7º, Inciso IV) o RPPS deverá observar as disposições da Resolução CMN nº 4.963/2021, da Portaria MTP nº 1.467/2022 e da Lei nº 9.717/98 e prezar pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

O processo de análise desses ativos será estruturado em duas etapas:

- **Prévia à aplicação**, com avaliação de riscos, comparação de taxas e condições com produtos equivalentes, análise do rating da instituição emissora, verificação de histórico, governança e processos sancionadores na CVM e no Banco Central.
- **Pós-aplicação**, com monitoramento contínuo do emissor e das condições de mercado, conforme determina o art. 125 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Somente poderão ser adquiridos ativos emitidos por instituições que atendam ao disposto no inciso I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, limitadas às instituições financeiras classificadas nos segmentos prudenciais S1, S2 e S3 pelo Banco Central e que estejam presentes na Lista Exaustiva do Ministério de Previdência Social. A análise deverá considerar que instituições de maior porte (S1) oferecem menor risco relativo, ainda que com menor retorno potencial, enquanto instituições de menor porte (S3) envolvem riscos adicionais, devendo ser



observada a relação risco-retorno no processo decisório e ponderar a formação de carteira, contemplando uma diversificação de risco do emissor.

A **comparação de produtos financeiros** é obrigatória e deverá ser realizada com cotações simultâneas, em volumes equivalentes, de modo a assegurar condições justas e transparentes. O estudo prévio deverá apontar diferenças de risco e rentabilidade entre emissores e segmentos, registrando-se em ata a fundamentação para a escolha. As notas de rating dos ativos adquiridos deverão ser superiores às exigidas para fundos de crédito privado ou pelo menos ser considerado grau de investimento.

O prazo de vencimento dos instrumentos deve ser compatível com os compromissos atuariais do regime, de forma a preservar a liquidez necessária para o pagamento de benefícios em curto, médio e longo prazos e uma vez que conta com prazo de vencimento, a aplicação nos respectivos ativos deve ser precedida de atestado de compatibilidade, conforme indicado no item 2.7.

No tocante à diversificação, será observado o limite regulamentar previsto no inciso IV do art. 7º da Resolução CMN nº 4.963/2021, que admite a alocação de até 20% dos recursos do RPPS em ativos de um mesmo emissor privado. Entretanto, como medida de governança e prudência, o IPSEL observará também, os limites recomendados na NOTA TÉCNICA TÍTULOS DE EMISSÃO BANCÁRIA, elaborado pela LEMA, referente a limites de alocação por emissor, ainda que tais percentuais não sejam limitadores formais.

Ademais, a unidade gestora será responsável por manter **procedimentos e controles internos formalizados**, garantindo o monitoramento dos emissores e a gestão de riscos de crédito, liquidez e reputacional das emissoras dos ativos investidos. Essa sistemática deve ser documentada, assegurando conformidade regulatória e transparência nas decisões de investimento.

## 2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O [art. 143 da Portaria 1.467](#), traz a seguinte redação:

“Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.”

Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no [Anexo VIII, da Portaria 1.467](#):

- I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou
- II - mantidos até o vencimento.

Na categoria de [disponíveis para negociação ou para venda](#), devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da

data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos **mantidos até o vencimento**, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento. Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no [Anexo VIII da Portaria 1.467](#).

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do RPPS são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apreçamento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

- I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento;
- II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;
- III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e
- V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

## 2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

**RISCO DE MERCADO** - é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O IPSEL utiliza indicadores como **VaR – Value-at-Risk, Volatilidade, Treynor, Sharpe e Drawdown** – para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos, bem como em um relatório mensal específico para acompanhamento de risco.

**RISCO DE CRÉDITO** - é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.



Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4.963, que trata das aplicações em renda fixa, “os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.”

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

No que tange a aplicação feita diretamente pelo RPPS, o artigo 7º, Inciso I, alínea “a” refere-se a **títulos de emissão do Tesouro Nacional**, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo RPPS, enquadrado no artigo 7º, Inciso IV prevê “até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21”.

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica “o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional”.

Para facilitar o entendimento sobre quem são as instituições que atendem aos requisitos indicados acima a Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC) criou uma “lista exaustiva”, contendo todas as instituições do mercado que atendem os requisitos e encontram-se aptas para as aplicações indicadas acima.

**RISCO DE LIQUIDEZ** - é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467/2021, “A aplicação dos recursos do RPPS deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras.”

A análise de condição de liquidez da carteira do RPPS é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para



conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de [atestado elaborado pela unidade gestora](#), evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

**RISCO DE SOLVÊNCIA** - é o que decorre das obrigações do RPPS para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o RPPS buscará manter carteira aderente ao seu perfil de investidor, bem como buscará obter retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do RPPS no decorrer da vida do regime.

**RISCO SISTÊMICO** - é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete a economia de forma mais ampla.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela Consultoria de Investimentos, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistêmico, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco da quebra do sistema como um todo e neste caso, o impacto recairia para todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar e rapidamente adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

**RISCO REPUTACIONAL** - Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção da unidade gestora perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle internos do RPPS.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, poderão debater e registrar em ata os assuntos abordados relacionados a todos os tipos de risco elencados acima. Ademais, a unidade gestora deverá emitir relatórios, em mesmo período e apresentá-lo aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor e à política de investimentos;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e



III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações levantada deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

Conforme descrito no art. 131 “Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, inadequados ou impróprios, deverá ser determinada a observância de parâmetros e limites de aplicações mais restritivos na política de investimentos até que sejam sanadas as deficiências apontadas.”

A unidade gestora irá acompanhar os objetivos traçados na gestão dos ativos e os critérios como rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à Política de Investimentos, no mínimo trimestralmente, através de relatório que deverá ser apresentado ao Conselho Administrativo e Fiscal.

## 2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4. e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do RPPS e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe, dos ativos de forma individual, bem como da carteira do RPPS como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política. (Anexo II)

## 2.9. VEDAÇÕES

É vedado ao IPSEL, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimentos:

- a) Aplicar em **criptoativos, moedas virtuais ou ativos não regulados pelo Banco Central ou CVM.**
- b) Aplicar em **títulos ou valores mobiliários de emissão do ente federativo instituidor do RPPS, suas empresas estatais, autarquias ou fundações.**
- c) Realizar **operações de empréstimo, adiantamento ou concessão de garantias a segurados, patrocinadores, entes federativos ou terceiros.**
- d) Aplicar em **fundos de investimento não regulamentados pela CVM ou que descumpram requisitos de enquadramento.**



- e) Utilizar **derivativos para fins especulativos**, sendo permitida apenas sua utilização para hedge.
- f) Aplicar em **ativos sem registro em sistemas autorizados** pelo Banco Central ou CVM, exceto títulos públicos federais marcados na curva.
- g) Manter **concentração de recursos acima dos limites regulamentares**, inclusive de forma indireta por meio de fundos de investimento.
- h) Aplicar em **ativos em inadimplência, default, intervenção ou liquidação extrajudicial**, ou com rating inferior ao mínimo exigido.

## 2.10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.963 e nesta Política de Investimentos.

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos que convocará reunião extraordinária no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

Caso seja considerado pelo Comitê de Investimentos que na carteira do RPPS haja algum ativo investido com excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma solicitação para que esta proceda imediatamente com o pedido de resgate.

Se houver prazo de carência, conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, deverá o Comitê de Investimentos elaborar relatório, com periodicidade trimestral, detalhando a situação com as medidas tomadas e perspectivas de resgate do referido investimento e apresentá-lo aos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1.467.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação contínua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas as assembleias, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e será dada ciência ao Conselho Administrativo e Fiscal e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

## 2.11. PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas em investimentos. Essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência de devedores, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que deverá ser adotada pelos RPPS para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a adequada avaliação de seus investimentos.



Será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perdas. O VaR é uma medida estatística que indicará, neste caso, a perda máxima potencial da carteira do RPPS em um ano. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um ano para o outro, o prejuízo máximo será de 1,43%, que considerando o patrimônio do fechamento de Outubro, equivaleria a R\$ 2.564,42, sendo este o valor a ser considerado como provisão de perda contábil.

## 2.12. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

A presente política de investimentos busca estabelecer parâmetros claros e processos robustos para o resgate de cotas de fundos de investimentos, especialmente em situações em que a cota na data do resgate corresponde a um valor menor do que o inicialmente investido. Este documento visa assegurar a conformidade com as normativas vigentes, promover a transparência e garantir a prudência na gestão dos recursos do IPSEL.

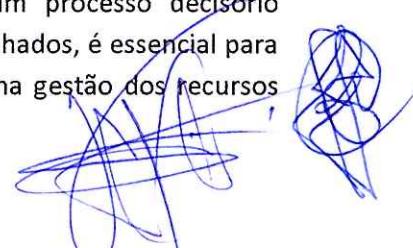
Qualquer decisão de resgate de cotas de fundos de investimentos, particularmente quando houver prejuízo, deverá ser fundamentada em estudos técnicos robustos. Esses estudos devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

- **Estratégia de alocação de ativos:** Revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do RPPS.
- **Horizonte temporal do investimento:** Avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do RPPS.
- **Perspectiva de recuperação do mercado:** Analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- **Objetivos de curto e longo prazos do RPPS:** Considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- **Elaboração de Estudos Técnicos:** Deverá ser solicitado à consultoria de investimentos estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da consultoria contratada e serão realizadas as deliberações necessárias.
- **Documentação e Aprovação:** Todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos do IPSEL. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos.



previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do RPPS.

### 3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, [esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do RPPS](#).

O [Art. 148 da Portaria 1.467](#) determina que o RPPS deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

- I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;
- II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- III - a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;
- IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;
- V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento; e
- VII - as datas e locais das reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos e respectivas atas.”

Além destes, o art. 149 define que a unidade gestora do RPPS deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1.467.

### 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

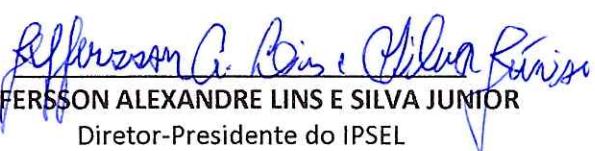
A comprovação da elaboração da presente Política de Investimentos, conforme determina o art. 101 da Portaria 1.467, ocorre por meio do envio, pelo CADPREV, do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – para a Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS. Sua



aprovação pelo Conselho ficará registrada por meio de ata de reunião cuja pauta conte em tal assunto, sendo parte integrante desta Política de Investimentos.

Atendendo ao [parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1.467](#), “Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital.”

Lajedo - PE, 17 de novembro de 2025

  
JEFFERSSON ALEXANDRE LINS E SILVA JUNIOR  
Diretor-Presidente do IPSEL

  
JOSÉ EXPEDITO LEAL DA SILVA  
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

## 5. ANEXOS

### ANEXO I – Metodologia de projeção de investimentos:

A metodologia utilizada para projetar o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” leva em consideração todos os índices de referência dos fundos de investimentos enquadrados com a Resolução CMN nº 4.963/2021, classificados como Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado, conforme detalhe a seguir:

- Para os índices de renda fixa, com exceção dos pós-fixados, será considerado a taxa indicativa da ANBIMA do fechamento do mês anterior;
- Para os ativos pós-fixados (CDI), será considerado o vértice de 12 meses à frente, indicado na curva de juros do fechamento do mês anterior;
- Em virtude do alpha acima das taxas de negociação envolvendo títulos públicos, investimentos que contenham ativos de emissão privada serão projetados considerando 120% da projeção do CDI;
- Para os ativos de renda variável do Brasil será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do Ibovespa;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, que utilizem proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500;
- Para os ativos de renda variável do exterior, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável do exterior, que utilizem de proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World;

Além disso, será considerado ainda o resultado da Análise do Perfil do Investidor (*Suitability*) definindo o perfil do RPPS como conservador, moderado ou agressivo, conforme descrito no item 2.2.3 desta Política de Investimentos.

É definida uma carteira padrão para cada perfil.

Com base nessa carteira e na distribuição entre os índices de renda fixa e variável citados, é definido o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos”.

Por fim, tal resultado é comparado à “taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS” e então, há a escolha da meta atuarial a ser perseguida – no item 2.4 – considerando os objetivos do RPPS, o perfil da carteira e de risco, a viabilidade de atingimento da meta e os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações previstos na [Resolução 4.963](#).



Considerando os diversos tipos de investimento disponíveis para aplicação de RPPS, divididos pelo segmento, tomando como base a metodologia descrita acima e dados coletados no fechamento do mês anterior ao da elaboração dessa Política, chegamos aos seguintes valores de projeções para os diversos ativos de forma individual:

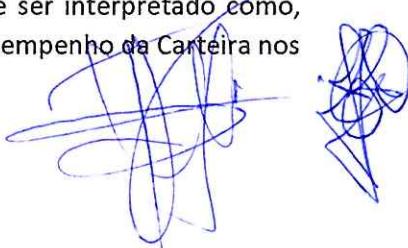
Índices	Desvio-Padrão Anual	Retorno Real Projetado 12 meses
IFIX	8,97%	-1,40%
CDI	2,25%	9,50%
Fundos Crédito Privado - 105% CDI	2,36%	9,98%
IDkA IPCA 2 Anos	2,85%	8,46%
IDkA Pré 2 Anos	4,97%	8,74%
IMA Geral Ex-C	3,16%	9,05%
IMA-B	5,14%	7,97%
IMA-B 5	2,64%	8,66%
IMA-B 5+	8,01%	7,43%
IRF-M	4,44%	9,23%
IRF-M 1	2,44%	9,94%
IRF-M 1+	5,83%	8,84%
Carteira Títulos Públicos ALM*	-	-
Fundos Multimercados - 100% CDI	2,36%	9,50%
Ibovespa	18,70%	3,66%
S&P 500 (moeda original)	15,97%	8,33%
S&P 500	15,88%	7,51%
MSCI World (moeda original)	15,64%	6,54%
MSCI World	14,84%	5,63%
Carteira Títulos Privados ALM*	-	-

\*Os valores de rentabilidade dependerão das taxas acordadas no momento da compra ou do comportamento dos preços do ativo, no caso da marcação a mercado. O desvio-padrão (volatilidade) estimado também dependerá da forma de marcação do ativo

#### ANEXO II – Relatórios de acompanhamento:

Conforme exposto no item 2.7 da Política de Investimentos, o Relatório de Risco de Mercado visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks* avaliando indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe.

**VaR (252 d.u):** O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos



últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de X%.

**Volatilidade:** Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em X% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

**Treynor:** Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade da Carteira. A leitura é a mesma feita no Sharpe, quanto maior seu valor, melhor performa o ativo ou a carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado. Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade X maior que a do mercado.

**DrawDown:** Auxilia a determinar o risco de um investimento, indicando quanto estável é determinado ativo, ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, consequentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

**Sharpe:** Trata-se de um indicador de performance utilizado no mercado financeiro para avaliar a relação risco-retorno de um ativo através da diferença entre o retorno do ativo e o ativo livre de risco, com o CDI sendo comumente utilizado como proxy deste, dividido pela volatilidade. Portanto, quanto maior o índice de Sharpe do ativo, melhor a sua performance. Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade X maior que aquela realizada pelo CDI.

O relatório de Risco de Desenquadramento com a Resolução CMN 4.963 e conformidade busca comprovar a compatibilidade dos investimentos com os critérios e limites expostos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

O Relatório de Aderência à Política de Investimentos visa comprovar a aderência dos investimentos com todos os critérios e limites previstos nesta Política, como os limites expostos no item 2.2.4 (Estratégia de alocação), os quais seguindo as normas da alínea “e” do inciso I do artigo 102 da Portaria 1.467, não devem replicar os limites previstos na Resolução 4.963, trazendo a este relatório, um caráter diferente do Relatório citado acima que se refere a aderência a Resolução 4.963.

O Relatório de Aderência aos Benchmarks visa comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.

